

INDÍGENAS, MIGRANTES E IMIGRANTES NO INTERIOR DA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

INDIGENOUS, MIGRANTS AND IMMIGRANTS IN THE INTERIOR, PROVINCE OF ESPÍRITO SANTO

Leonardo Nascimento Bourguignon*

RESUMO: Ancorado em fontes de diferentes tipos como relatos orais, cartas e relatórios de autoridades e textos produzidos por memorialistas, o presente ensaio propõe uma revisão acerca do processo no qual imigrantes europeus e migrantes se estabeleceram no interior da Província do Espírito Santo entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, mostrando que representações como a do vazio demográfico não se sustentam quando confrontadas com múltiplas fontes que revelam um território dominado por diferentes povos indígenas que naquele cenário de descontinuidades e mudanças radicais em busca de preservar seus interesses transformaram-se mais do que foram transformados e suas múltiplas formas de inserção ou resistência a esse processo.

Palavras-chave: Província do Espírito Santo. Povos Indígenas. Imigrantes e migrantes.

ABSTRACT: Anchored in sources of different kinds such as oral reports, letters and reports from authorities and texts produced by memorialists, this essay proposes a review of the process in which European immigrants and migrants settled in the interior of the Province of Espírito Santo between the second half of 19th century and the beginning of the 20th century, showing that representations such as the demographic void cannot be sustained when confronted with multiple sources that reveal a territory dominated by different indigenous peoples who, in that scenario of discontinuities and radical changes in search of preserving their interests, transformed themselves more than they were transformed and their multiple forms of insertion or resistance to this process.

Keywords: Province of Espírito Santo. Indigenous peoples. Immigrants and migrants.

* Doutor em História e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atua desde 2018 como coordenador de cursos de formação de professores no município de Anchieta e como professor nas escolas públicas Manoel de Paula Serrão e Professora Filomena Quitiba, em Piúma-ES. leo.alice.marina@gmail.com

Contexto (ISSN 2358-9566)

<https://doi.org/10.47456/contexto.v2i46.44969>

Vitória, v. 2, n. 46, 2024

Março de 1847. Interior da Província do Espírito Santo. Depois de algum tempo vivendo em barracões improvisados na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viana, colonos oriundos da região do Hunsrück, atual Alemanha, seguiram rumo ao seu destino: a futura colônia de Santa Isabel, na região sudoeste serrana do atual estado do Espírito Santo. No caminho, mais precisamente na confluência dos rios Jucu e o Braço do Sul, foram recepcionados por grupos indígenas genericamente chamados de botocudos. Os indígenas, sob as ordens de um inspetor, auxiliaram os europeus no preparo dos lotes e terrenos para o cultivo (Grosseli, 2008).

Ação idêntica ocorreu décadas antes quando indígenas que viviam na vila de Benevente, litoral sul capixaba, foram deslocados para garantir a segurança das famílias de açorianos que formaram, também em Viana, a primeira colônia de imigrantes europeus no Espírito Santo do século XIX. Além da proteção dos colonos, os indígenas para ali deslocados foram empregados nas mais diferentes funções, inaugurando uma parceria que se tornaria comum em diversas das colônias estabelecidas na província capixaba nos anos vindouros.

Essa convivência, e também os confrontos ocorridos entre indígenas, migrantes e imigrantes no Espírito Santo do século XIX e início do XX, apesar de mencionada em fontes como as utilizadas para a escrita dos parágrafos anteriores, foram obliteradas pela historiografia capixaba em detrimento de ideias como a do *vazio demográfico*, conceito que sustenta que quando os imigrantes europeus se estabeleceram no Espírito Santo se depararam com um território desabitado. O mito, apesar de questionado por autores como Vânia Losada Moreira (1999), influenciou nessas terras os três sentidos da história: a história escolar, a acadêmica e a cotidiana - sobrevivendo até os dias atuais, como podemos ver, por exemplo, na cronologia histórica de boa parte das cidades capixabas como Muqui, cuja história, segundo o IBGE, “começa em 1850 com a chegada de imigrantes vindos do Vale do Rio Paraíba a procura de novas terras para o plantio do café”.

Ao vazio demográfico acrescentaram-se outras representações como a que atrela o desenvolvimento econômico do Espírito Santo à conquista desse território graças ao empreendedorismo do imigrante europeu, representação presente em diferentes narrativas como a de Luiz Derenzi (1974, p. 162 *apud* Colbari, 1997, p.61) que descreve assim os supostos atributos desse homem imigrante:

[...] ambicioso, tenaz, tangido pelo imperativo da sobrevivência, que tivesse no subconsciente séculos de energia criadora, ambição. Só o imigrante poderia realizar essa empresa, porque ele não representava o nômade, o pária, mas sim o descontente de uma civilização saturada de discórdia. O imigrante sonha e persegue o triunfo. Sabe pagar com abstinência e perseverança o preço da vitória.

Curiosamente, nem mesmo a publicação de pesquisas que abordaram os conflitos entre indígenas e imigrantes em estados como Santa Catarina,¹ Paraná² e Rio Grande do Sul,³ conseguiu despertar o interesse dos pesquisadores capixabas sobre o tema. A exceção fica por conta de raros artigos como o do professor Antonio Alexandre Bispo (2013), da Universidade de Colonia, no qual discute as interações entre colonos alemães e indígenas no Espírito Santo e as tentativas de outros autores que, ao abordarem a história da imigração em determinada

186

¹ KATH, Romão. Memória e conflito: o discurso do contato com indígenas nas lembranças dos moradores de Benedito Novo. 2007. 59 f, il. Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2007. ZANELATTO, João Henrique; JUNG, Gilvani Mazzucco; OZÓRIO, Rafael Miranda. Índios e brancos no processo colonizador do sul catarinense na obra “Histórias Do Grande Araranguá”, de João Leonir Dall'alba. Rev. hist. comparada, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 174-202, 2015.

² PRUTSCH, Ursula. Migrantes na periferia: indígenas, europeus e japoneses no Paraná durante as primeiras décadas do século XX. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 218-236, mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100218&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 08 set. 2020. Epub 14-Fev-2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014005000005>.

³ PASTRE, Nathan Ferrari; TEDESCO, João Carlos ; PASTRE, Nathan Ferrari. O indígena e o imigrante italiano no Rio Grande do Sul: representações de um contato. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores - dimensões históricas. 1ed. Porto Alegre: EST Edições, 2017, v. VIII, p. 289-322.

localidade ou região, protestaram contra a não inclusão dos indígenas naquele processo.⁴

Neste ensaio, no entanto, não pretendemos levantar hipóteses que expliquem a perpetuação de ideias como a do vazio demográfico ou o aparente desinteresse dos autores no tema. O propósito aqui é trazer e analisar indícios espalhados em diferentes fontes que confirmam, não apenas as relações estabelecidas entre migrantes, imigrantes e indígenas no Espírito Santo, mas também o caráter múltiplo dessas relações.

Terra em transe

No início do século XIX os núcleos coloniais existentes na província do Espírito Santo estavam em sua quase totalidade localizados à beira mar. Alguns deles, como as vilas de Benevente e Nova Almeida, contavam com uma população majoritariamente composta por indígenas. No interior, apesar dos três séculos de presença europeia, a paisagem continuava praticamente inalterada e sob domínio exclusivo dos Puri e dos Coroados no sul, e dos Krenak, Pataxó e outros grupos erroneamente denominados como botocudos que habitavam o vale do rio Doce, como constatou o viajante Saint-Hilaire (1974, p. 22) quando passou por essas paragens em 1818: “[...] o vasto Império do Brasil que em outra parte apresenta uma extensão de 36 graus de Oriente a Ocidente, é aqui, na verdade, limitado a uma praia estreita.”

Objetivando alterar aquele cenário, e entoando discursos recheados de termos como *civilização* e *progresso*, particulares e autoridades iniciaram uma série de investidas sobre as terras localizadas no interior da Província e seus habitantes. Para preencher suas fileiras de combatentes, aproveitando-se que a Carta Régia de 12 de maio de 1798 extinguiu o Diretório dos Índios, o então governador, Antônio Pires da Silva Pontes, criou um Corpo de Pedestres formado por indígenas alistados e os distribuiu em quartéis e destacamentos

⁴ BATISTA, Márcia Regina. Ocupação do distrito de Aracê, Domingo Martins (1888-1920). 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2019.

Contexto (ISSN 2358-9566)

<https://doi.org/10.47456/contexto.v2i46.44969>

Vitória, v. 2, n. 46, 2024

localizados em áreas consideradas estratégicas como nos sertões de Iconha e Santa Maria (MOREIRA, 2012) ou ao longo de estradas como a de São Pedro d'Alcântara, na região central da província, e a Minas-Itapemirim, na verdade picadas abertas em meio a Mata Atlântica que, seguindo o percurso de tradicionais trilhas indígenas, tentavam ligar a antiga região mineradora ao litoral capixaba.

A partir do momento que o príncipe regente D. João VI, estabelecido no Rio de Janeiro, declarou *guerra aos índios botocudos* que viviam no vale do Rio Doce, através da Carta Régia de 13 de maio de 1808, esses recrutamentos tornaram-se ainda mais constantes e penosos para as populações das antigas aldeias jesuíticas de Reritiba e Reis Magos, que ainda no século XVIII foram elevadas a vilas e renomeadas, respectivamente, como Benevente e Nova Almeida, e de outras comunidades indígenas consideradas aliadas dos colonos.

No sul da província, entre 1812 e 1815, foi a vez de os índios que viviam em Piúma e em outras aldeias próximas a Benevente, serem arregimentados e espalhados por um caminho que cobria parte do sul capixaba. O triângulo idealizado no governo de Francisco Alberto Rubim, que governou a ainda capitania de 1812 a 1819, tinha o objetivo de conter os ataques dos indígenas do interior, aversos à colonização, e facilitar a abertura de fazendas na região. Ele partia do litoral de Piúma até as primeiras corredeiras do rio Itapemirim, onde estabeleceram o Quartel da Barca, marco zero da cidade de Cachoeiro de Itapemirim. A partir desse ponto o caminho seguia de volta para o litoral até um quartel situado em uma elevação próxima à praia de Boa Vista, no atual município de Marataízes (Bentivoglio, Bourguignon, 2019).

Ao participar ativamente de atividades como as descritas no parágrafo anterior e a outras semelhantes empreendidas em diferentes pontos da província capixaba, os indígenas aliados dos colonos recebiam parte do espólio, ou seja, as terras expropriadas aos indígenas que as habitavam, como ocorreu no sertão do Iconha, interior de Benevente, no final da década de 1810, quando o padre Felipe doou a famílias de indígenas uma sesmaria na Barra do

Jaracatiá. A terra fora tomada após uma batalha entre indígenas que viviam na vila de Benevente e colonos contra os Puri que viviam na região, descritos pejorativamente como indivíduos que não perdiam “ocasião de atacar e matar, destruindo e roubando” (Simão, 1991, p. 21). Os embates deixaram ainda,

seis mortos, aos quais foram cortadas as orelhas, enquanto a bandeira teve a baixa de cinco feridos, dois gravemente flechados no peito. E eis os troféus: ‘Tomamos muita roupa, como saias, facões, muitas facas que entre os do ataque se repartiram, e fizeram uma fogueira onde lançaram sessenta e tantos arcos e muitas dúzias de flechas’”. (Ofício de Francisco Antonio da Fonseca ao governador Rubim apud Simão, 1991, p. 68)

Diante de ofensivas como essas, que se tornaram cada vez mais comuns no decorrer do século XIX, alguns dos grupos indígenas que viviam no interior optaram por embrenhar-se ainda mais na mata, muitas vezes entrando em choque com outros grupos indígenas que tradicionalmente ocupavam aqueles espaços. Outros acreditaram que, diante daquelas circunstâncias, aliar-se aos invasores era a opção *menos pior*. Assim, muitos acabaram trabalhando em fazendas de mineiros e cariocas que se fixavam com cada vez mais frequência no oeste capixaba, em busca de terras férteis para o plantio dos cafezais.

Com a promulgação do decreto n. 426, de 24 de julho de 1845, que aprovou o Regulamento das Missões de catequese e civilização indígenas, o governo imperial brasileiro tentou efetivar uma política de fundação de aldeias similares às que foram implantadas pelos jesuítas entre os séculos XVI e XVIII. Nesse contexto foram criados no Espírito Santo aldeamentos como o de Biriricas (1843), do Imperial Afonsino (1845), provavelmente uma alusão ao nome de D. Afonso, filho do rei D. Pedro II, Mutum (1859), e outro localizado no atual município de Pancas (1861), em um lugar ainda hoje denominado como Aldeamento.

Para a administração daqueles espaços, além de determinar que cada província deveria escolher um Diretor Geral para administrar a implementação das medidas previstas no Regulamento das Missões, o governo brasileiro firmou um acordo com a Sagrada Congregação da Propaganda Fide, um órgão do Vaticano voltado para a formação de missionários que atuariam

como catequistas em diferentes lugares do mundo. Foi nesse contexto que os capuchinhos, uma das ordens religiosas ligadas ao Fide, enviaram uma centena de missionários europeus para atuarem nos aldeamentos brasileiros (Amoroso, 2014).

O projeto, no entanto, não logrou êxito uma vez que todos os aldeamentos capixabas tiveram uma vida efêmera marcada pela intensa flutuação da população aldeada que fugia da exploração de sua mão de obra, da carência de recursos, dos contumazes surtos epidêmicos e dos ataques sistemáticos de povos indígenas que não aceitavam se aldear. Além disso, em sua maioria integrantes de sociedades tradicionalmente nômades ou seminômades, muitos daqueles indivíduos enfrentaram imensas dificuldade para adaptar-se a um sistema que objetivava transformá-los em lavradores, carpinteiros e ferreiros cristãos que, posteriormente, seriam integrados às sociedades camponesas que se formavam às margens das bacias dos rios capixabas.

190

Os aldeamentos tinham ainda a função de fornecer indígenas que seriam empregados na abertura e manutenção de estradas ligando os diferentes núcleos coloniais, sem contar o apoio ao processo colonizador, seja no preparo dos lotes e terrenos para o cultivo, seja na proteção dos colonos, como citado no início deste ensaio.

Marta Amoroso (2014, p. 55) destaca que, justamente por conta do propósito de fornecer mão de obra para os colonos, a criação de um sistema de aldeamentos nos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, nas divisas entre os atuais estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, ocorreu em concomitância com a instalação de colônias de migrantes e imigrantes nessas regiões.

Inúmeras fontes confirmam a assertiva de Amoroso (2014), como podemos ler no trecho da carta que o alferes Antonio José de Souza Guimarães enviou ao vice-presidente da província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, no qual afirma que “[...] a nação dos Pury é de grande utilidade a esta província, e ao império o serem aldeados, pelo número de

braços que se achão (sic) dispersos, que mesmo agora servem-se de utilidade no arrancamento de ipecoanha” (apud Vasconcellos, 1858, p. 126).

Esses fatos contrariam a afirmativa de Manuela Carneiro da Cunha (1998), que ao propor uma reflexão sobre a política indigenista no século XIX aponta que, para caracterizar o século como um todo, pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras. Ora, na verdade, o que constatamos é que a mão de obra indígena foi fundamental para o processo de colonização implantado na Província do Espírito Santo.

Amoroso (2014) afirma também que outro objetivo da empreitada era que os aldeamentos se constituíssem em espaços para a acomodação daqueles diferentes grupos étnicos, incentivando, inclusive, a miscigenação entre indígenas, migrantes e imigrantes. Em um contexto marcado pela ascensão de projetos como o que visava *embranquecer* a população que habitava o território brasileiro, a vinda dos imigrantes, além de povoar e formar um mercado de trabalho, atendia a “necessidade de regeneração física do povo e a reforma moral da sociedade”, uma vez que o padrão civilizatório superior dos europeus disseminaria-se

entre os nativos através da “pedagogia do exemplo” e também da mistura racial. Nesse ponto, ganha destaque o outro eixo da matriz classificatória: a assimilação, referente à propensão dos povos a se deixarem assimilar através da mistura com outras raças e com outras culturas, imprimindo nesta mistura a sua superioridade racial e cultural. (Colbari, 1997, p. 59)

Por outro lado, a diversidade desses espaços e os embates entre os diferentes interesses dos grupos neles estabelecidos fomentaram inúmeras contendas entre indígenas aldeados, migrantes, imigrantes e indígenas não aldeados ou vilados que não aceitavam os projetos colonizadores e eram qualificados na época, entre outros termos pejorativos, como *hordas selvagens* (Cunha, 1988). No aldeamento de Mutum, na foz do rio Mutum Preto, vale do Rio Doce, em certa ocasião os aldeados se revoltaram com o fato de o *língua* Daniel Vasconcelos distribuir alimentos a grupos não aldeados. Em 1888, os indígenas

aldeados prepararam uma emboscada e assassinaram Daniel a flechadas. Receosos, os religiosos que ali trabalhavam abandonaram o posto.

Destino semelhante ao do indígena Daniel Vasconcelos teve Nicolau Rodrigues dos Santos França, proprietário da colônia conhecida como Fransilvânia. Situado há poucos quilômetros do aldeamento de Mutum, o engenho, que no início empregou a mão de obra de indígenas e escravos africanos, passou por grande transformação quando em 1856 Nicolau França firmou um contrato com o Governo Imperial para assentar colonos europeus naquelas terras. No entanto, após a instalação de 48 imigrantes, um grupo de indígenas invadiu a colônia e assassinou Nicolau França. Para evitar uma tragédia maior, tropas governamentais realocaram os apavorados imigrantes em uma colônia próxima.

Esses não foram fatos isolados. O clima de insegurança era constante na maioria das comunidades de migrantes e imigrantes estabelecidas na província do Espírito Santo. As fontes trazem relatos de destruição de plantações e criações dos colonos e roubo de instrumentos de trabalho em diversos lugares, como os ocorridos em Jabaquara e Alto Benevente, sul capixaba. Em outro capítulo dessa guerra, pomeranos alojados em Santa Leopoldina deixaram nas matas próximas à colônia roupas contaminadas por vítimas da varíola. O resultado foi o quase extermínio dos povos indígenas que viviam na região, o que não impediu, no entanto, que, quase 100 anos depois, histórias sobre contatos com indígenas ainda fizessem parte das narrativas de imigrantes e descendentes (Seibel, 2010).

Outro expediente desse conflito eram os sequestros, especialmente de mulheres e crianças, praticados por ambos os lados. Segundo a tradição, Biriricas, nome de uma localidade em Domingos Martins, era o apelido de uma criança branca sequestrada por indígenas que, quando cresceu, se tornou o cacique da comunidade (Seibel, 2010). No mesmo município, porém no distrito de Barcelos, a situação se inverteu. Maria Batista da Costa, moradora de Barcelos, interior de Domingos Martins, contou que sua bisavó era indígena e que foi *pega a laço*:

Meu pai contava que o pai dele falava que eles ficaram vigiando, os índios, ficaram vigiando quatro dias em volta da casa para poder... porque tinha pego a bisavó, ficaram vigiando para poder levar ela de volta e depois de quatro dias eles desistiram, ela foi criada [...] Da tribo Puri, aqui já, meu pai contava isso para mim, que era a avó dele. Ele falava para mim assim, que ela era feia, muito feia. (Batista, 2019, p.58)

Feio foi também o adjetivo utilizado pela norte-americana Julia Louisa Keyes em um texto manuscrito de 1870. Derrotada na Guerra da Secessão, a família de Julia e outros agricultores trocaram em 1867 suas fazendas no sul dos Estados Unidos por terras no vale do Rio Doce, no atual município de Linhares, norte do Espírito Santo. Os primeiros contatos com os povos indígenas que habitavam a região foram assim descritos por Julia Keyes (2013, p. 26):

Esses seres estavam completamente sem roupas, traziam apenas uma faca suspensa por um cordão em volta do pescoço, a ferramenta balançava nas costas. Suas cabeças perfeitamente carecas e suas peles da cor de um camundongo jovem. Seus corpos grandes e seus membros pequenos. As coisas mais feias que se pode imaginar.

Algumas páginas depois, em trechos que soam à primeira vista contraditórios, escreveu que

[...] Eles não possuem consciência de maldade e apenas obedecem a esse chefe, como autômatos ou tantos cães.

[...] Esses selvagens bêbados estavam dançando nas ruas, carregando, acima deles, seu distinto chefe, que não era um da tribo, mas de uma raça superior e que podia falar a língua portuguesa (Keyes, 2013, p. 39-40).

Os termos utilizados no relato de Julia Keyes ou no de Maria Batista da Costa - feios, selvagens, bêbados, inocentes - são facilmente localizados em outros testemunhos, confirmando a perpetuação de representações dicotômicas que retratam os povos indígenas, ora como bons e inocentes, ora como selvagens perigosos.

Essas representações foram formuladas no século XVI quando os europeus tentaram ordenar, esquadrihar, dividir o incompreensível e fluído caleidoscópio cultural e linguístico que encontraram em terras americanas (Monteiro, 2001). Dessa feita, dividiram as nações indígenas em Tupis e

Tapuias, sendo o Tupi o indígena civilizável, aquele indispensável para tornar possível o esforço colonizador português, enquanto que o Tapuia era o integrante dos agrupamentos que obstaculizavam a civilização (Monteiro, 2001).

No século XIX essas representações ganharam uma nova roupagem. De um lado, parte das elites do Império brasileiro, que havia aderido ao romantismo, elegeu o indígena de um idílico passado colonial como o sujeito que auferiria uma singularidade ao povo brasileiro. Do outro lado do front, estavam os pensadores ligados ao movimento intelectual denominado Escola de Recife que refutavam essa interpretação. Inspirados nas teorias evolucionistas, figuras como Tobias Barreto, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Graça Aranha apresentavam os povos indígenas como “recuados a um ponto de origem absoluto, a um grau zero da história, [no qual] os ‘selvagens’ eram qualificados como ‘primitivos’” (Turin, 2009, p. 214).

194

Colocadas em circulação, essas representações foram apropriadas e reproduzidas pelos diferentes grupos que viveram na província do Espírito Santo. Autores e autoridades, entusiasmados com a criação do Aldeamento Imperial Afonsino no sul capixaba, narravam esperançosos

[...] está sendo ali construída uma capella [...] para o serviço do culto divino [...] Quasi todos os Indios estão vacinados, vão adquirindo lenta mas gradualmente, com algum esforço, mas com proveito, os hábitos da vida social, e preparando-se para os gozos próprios de nossos costumes, que sollicitão e já principiao a apreciar (ESPÍRITO SANTO, 1848).

Os milhares de imigrantes que chegavam à região, por sua vez, traziam representações semelhantes. Tratando especificamente dos italianos, Piero Brunello (1998 apud SELAU, 2006) afirma que, se antes de 1860 os italianos desconheciam a existência dos indígenas ou tinham uma visão idealizada dos mesmos, assim que os primeiros colonos chegados à América relatam o contato com os indígenas, a descrição passa a rotulá-los, como povos primitivos e inferiores, dentro dos padrões racistas e evolucionistas da época.

Nesse contexto, na província capixaba durante os séculos XIX e XX, o substantivo *botocudo* foi seguramente o que melhor incorporou a representação de obstáculo à *civilização* e ao *progresso*. Assim, a nomenclatura originalmente formulada em referência aos botoques labiais e auriculares feitos de madeiras utilizadas por alguns grupos que viviam no vale do rio Doce foi a empregada por autoridades, intelectuais, migrantes e imigrantes para descrever diferentes nações, como os Puri e os Coroados. Ao agirem dessa forma, legitimavam a ocupação das terras e o assassinato ou escravização dos povos que as habitavam.

Para além dos rótulos

Estudos mais recentes revelaram a insuficiência daquelas representações binárias na tentativa de descrever os múltiplos papéis assumidos pelos indígenas que habitavam a América. Dessa forma, constatamos que para sobreviver a todas as transformações diante das tentativas de colonização os povos originários reinventaram-se repetidas vezes criando e assumindo diferentes identidades a fim de assegurar seus interesses, como ocorreu na colônia de Rio Novo.

Em 1854 o ex-trafficante de escravos, Caetano Dias da Silva, obteve o direito de explorar uma grande área entre os rios Benevente e Itapemirim no sul da província do Espírito Santo, onde fundou a Associação Colonial Agrícola do Rio Novo. Usando de seu poder político e de violência, Caetano expulsou alguns dos antigos posseiros, em sua maioria indígenas, que viviam nas terras nas quais ficariam os lotes da Associação.

Apoiados por Joaquim Marcelino da Silva Lima, o Barão de Itapemirim, que ocupou por 14 anos o cargo de Diretor Geral de Índios na província do Espírito Santo, alguns indígenas começaram uma longa batalha nos jornais e tribunais capixabas. Alegando que as terras haviam sido doadas pelos jesuítas a seus ascendentes, grupos de indígenas se opuseram à medição dos lotes do Rio Novo por “julgarem e entenderem que a futura colônia lhes não respeitaria a

posse antiga de seus terrenos” (Correio da Victória, edição 39, 18 mai. 1855, p. 02).

Caetano da Silva e seus advogados utilizaram o discurso da descaracterização étnica dos indígenas questionando o direito deles sobre as terras em litígio e afirmando que eles estavam confundidos à população nacional (OLIVEIRA, 2019). O argumento foi reiterado pelo então presidente da província, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, que afirmou que a sesmaria doada no século XVII aos indígenas da aldeia jesuítica de Reritiba “há muito deixou de existir, restando apenas alguns de seus descendentes que vivem sobre si, e da mesma maneira que o geral dos cidadãos brasileiros” (Correio da Victoria, 27 fevereiro de 1856). Desta forma, concluiu Coutto Ferraz, as terras que não estivessem sendo aproveitadas deveriam ser doadas. O Barão de Itapemirim então recorreu ao Ministério de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Seu embargo, no entanto, foi novamente negado (Oliveira, 2019).

196

Em outra ação, também nas terras de Rio Novo, famílias de indígenas que herdaram de um padre uma sesmaria na Barra do Jaracatiá (Simão, 1991, p. 21) tiveram seus direitos de posse finalmente reconhecidos (Prado, 2018). A vitória jurídica, no entanto, continuava ameaçada no campo prático, como descreveu o indígena João de Souza Dias, em um artigo publicado em 1887 no jornal *A Província do Espírito-Santo* (Prado, 2018, p. 238).

Sob o pseudônimo de “Souzas”, João Dias apresentava a si e seus parceiros como “brazileiros, pobres e analfabetos, como era normal para aqueles que viviam na matta”, porém, continuava o líder indígena, eles tinham “a inteligência, o tino natural, e saberiam se opor os devidos embargos a quem quer que pretenda nos expulsar das nossas terras, nas quais, graças a Deus, vivemos em perfeita tranquilidade”. Por fim, denunciou que pequenos agricultores, proprietários ou não, sob a proteção de autoridades locais, se apossavam de suas terras, alguns deles imigrantes, que “se passavam por índios para conseguir despachos favoráveis à causa apresentada, cujo motivo

era a posse da terra” (*A Província do Espírito-Santo*, 1887a, p. 4 apud Prado, 2018, p. 238).

As atitudes adotadas pelos indígenas dessa região, que publicaram artigos, apelaram à justiça e se aliaram a uma das maiores lideranças políticas da região, o Barão de Itapemirim, confirmam a capacidade daqueles indígenas de compreender e se adequar às regras das sociedades que se constituíam na província do Espírito Santo, agindo, de forma individual ou coletiva, sempre conforme suas necessidades e interesses.

Também preocupados em assegurar seus interesses diante do processo que então ocorria, outros grupos preferiam manter-se isolados e estabelecer contato com colonos apenas quando lhes convinha. Foi assim que povos originários que viviam no lado norte da margem do Rio Doce, próximo à nascente do rio Mutum, só permitiram que em 1929 o colono alemão Ohnesorge guiasse pesquisadores, como o professor Otto Maull, e curiosos, em visitas às suas aldeias após a entrega de presentes (Rolke, 2016, p. 321). Várias também foram as vezes nas quais grupos de indígenas visitavam um núcleo colonial e retiravam-se para as matas após receberem comida, roupas e presentes, como ocorreu em junho de 1876 na colônia de italianos de Timbuí, Santa Leopoldina (Rolke, 2016, p. 210).

O aceite de comida, presentes e ferramentas, prática comum desde os tempos coloniais, muitas vezes foi interpretado como sinônimo de abandono de suas tradições. Do inverso, na maioria das vezes, o ato possibilitou a intensificação de práticas tradicionais. Ainda no século XVI, o padre Pero Correia observou que a introdução de instrumentos de ferro na agricultura Tupinambá promoveu uma redução no tempo despendido para o cuidado de suas terras, o que possibilitou uma intensificação das cauinagens e da guerra (Viveiros de Castro apud Fernandes, 2004).

No Porto de Souza, no norte da província capixaba, o diretor do destacamento escreveu:

[...] vi com pesar meu o destroço que ali fazem no mandiocal e mais plantações as imensas famílias de Botocudos que tem saído de paz naquele quartel, onde se demoram o tempo que querem ou enquanto fazem a farinha que podem levar para o mato; finda a qual voltam a fazer mais e por consequência a destroçarem. Duas destas famílias já vieram a esta povoação e foram por mim brindadas de camisas, calças, barretes e ferramentas; e estas mesmas camisas e calças é que lhes servem de sacos que levam para o mato a farinha que fazem no quartel. (Correspondência recebida pelo Governo da Capitania do Espírito Santo de diversos, 1817-1821 apud Marinato, 2007, p. 140).

Descontadas as distâncias temporais e espaciais, tal como no caso dos Tupinambá, os *botocudos* da região do Porto de Souza, ao aceitarem as roupas não deixaram a nudez, mas, adaptaram as vestimentas ao seu mundo tornando-as úteis para eles (Marinato, 2007, p. 141).

Outras comunidades indígenas trataram de inserir-se nas redes comerciais que estavam sendo estabelecidas na província do Espírito Santo. Na região de Lavrinhas, Venda Nova do Imigrante, o avô italiano de Silvio Falchetto relatou que alguns dos colonos que ali viviam mantinham contato com um indígena que viajava para levar fumo para outros aborígenes que viviam “nas matas bem longe” (Lazzaro; Coutinho; Franceschetto, 1992, p. 106 apud Moreira, 1999). Enquanto isso, em Santa Leopoldina, o trentino Angelo Agostini queixou-se de uma barganha que estabelecera com três indígenas. Na ocasião, Angelo deu-lhes dinheiro e um potro em troca de um cavalo. Pouco tempo depois teve o cavalo confiscado, pois era roubado (Grosselli, 2008, p. 470).

Mais ao sul, instalados no quilombo Rancho dos Negros na Serra dos Tapuios, entre as montanhas de Venezuela e Palmital, no município de Iconha, indígenas e negros mantinham relações comerciais e sociais com os migrantes e imigrantes que viviam no 1º e 2º Territórios da colônia de Rio Novo (Simão, 1991).

As fontes revelam ainda inúmeros casos como os do Puri José Innocencio e sua família. Na década de 1860, eles optaram por trabalhar e viver na fazenda do mineiro Antonio de Souza Barros, nas cabeceiras do rio Guandu, sul da bacia do rio Doce. As coisas aparentemente iam muito bem, tanto para a família de

Souza Barros quanto para a família de Innocencio, até que um dia os moradores da fazenda descobriram que um dos filhos do fazendeiro havia matriculado e hipotecado um sobrinho de Innocencio como escravo. Apesar dos protestos e interpelações judiciais movidas por Souza Barros, o jovem acabaria escravizado.

Após a morte de Souza Barros, seu filho, José Barros, tomou a fazenda de sua mãe. O indígena José Innocencio, que, desde a morte de seu patrão, assumira a proteção da viúva, recusou-se a desocupar a propriedade. Em 1885, o índio foi *barbaramente* assassinado, provavelmente a mando de José Barros (O Cachoeirano, 1885, p. 03). Desamparada, a viúva morreu anos depois, enquanto que os membros da família de Innocencio se espalharam pelas fazendas, vilas e arraiais que brotavam na região.

Em outra evidência da complexidade que marcou as relações entre os diferentes grupos humanos que conviveram no Espírito Santo do fim do século XIX, transcrevemos trecho de um relatório de janeiro de 1880 no qual o diretor do Núcleo Colonial de Santa Cruz, Aristides Guaraná, prestando contas de sua gestão ao presidente da província, informava que no momento de sua saída o local contava "com uma população de 2.000 almas, pouco mais ou menos, habitado por 308 famílias italianas, 57 cearenses e 55 índios naturais desta Província" (Busatto, 1995).

Comuns também são os depoimentos de imigrantes e descendentes acerca das técnicas de cultivo e hábitos alimentares que herdaram dos indígenas, ou da cura de "febres com coisa de índio" (Batista, 2019). Porém, entre tantos, o de Maria Boone, descendente das famílias holandesas Schijve e Boone que se fixaram em Holanda, comunidade de Santa Leopoldina, no final da década de 1910, talvez seja o mais significativo:

Meu avô e minha mãe, Pedro Boone e Maria Silva (Schijve), moravam em Holanda. Quando meus avós vieram morar aqui, eles só tinham crianças pequenas, a mais nova tinha 2 meses de vida. Eles compraram um pedaço de terra, fizeram uma cabana coberta com folhas de palmeira para passar a noite. De um lençol fizeram uma rede e dormiam pendurados como os índios por causa dos animais.

Eles se afastaram do grupo em Holanda e recomeçaram aqui como se fossem índios. Tudo ainda era mata virgem. (Roos, Eshuis, 2008, P. 85)

Diante destas e de outras evidências apresentadas ao longo deste texto, torna-se claro quão insuficientes ou inverídicas são as tentativas de minimizar o que aconteceu no interior da Província do Espírito Santo com termos como aculturação indígena, etnocídio e ocupação de um vazio demográfico. Na verdade o que houve foi um processo vivo formado pela interação de diferentes atores, inclusive indígenas, no qual todos se transformaram.

Conclusão

Mesmo decorridos mais de 300 anos do estabelecimento dos primeiros núcleos coloniais no Espírito Santo, até aproximadamente 1850, o interior da província continuava dominado por diferentes nações indígenas, muitas delas estabelecidas a séculos naquele espaço. A chegada dos imigrantes europeus e de migrantes vindos principalmente de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia nesse mesmo período provocou uma série de mudanças na região colocando frente a frente diferentes sujeitos que para se adaptar a essa nova realidade precisaram se reinventar.

Além de refutar o mito do vazio demográfico, as fontes analisadas neste ensaio revelaram que houve conflitos, mas também acomodações, alianças e outras atitudes comuns que marcam a complexidade dos seres humanos e das relações estabelecidas entre os indivíduos independente da época na qual viveram.

Referências

BATISTA, Márcia Regina. Ocupação do distrito de Aracê, Domingo Martins (1888-1920). 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2019.

BENTIVOGLIO, Julio; BOURGUIGNON, Leonardo Nascimento. O antigo estado de coisas: apontamentos para a história dos povos indígenas no sul da província do Espírito Santo. *História Revista*, Goiânia, v. 24, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/46582> Acesso em: 9 jun. 2023.

BISPO, Antonio Alexandre. Povoamentos e despovoamentos, colonização alemã e de-integração indígena no Espírito Santo em campo de tensões religioso-culturais entre colonos de Santa Isabel e açorianos de Viana". *Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira* 143/7

BUSATTO, Luiz. Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo. 1995. Disponível em <http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/estudos-sobre-imigracaoitaliana-no-espírito-santo/> acesso em 10 de agosto de 2020.

COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: o Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 53- 74, 1997.

Correio da Victória. Vitória, ES. 1855-1856.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos Índios no Brasil* 2ªed. São Paulo: Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1998. p. 133-54.

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente da Província. Relatório do presidente da província do Espírito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1848. Rio de Janeiro: Typografia do Diário, de N. L. Vianna, 1848.

GROSSELLI, Renzo Maria. Colônias imperiais na terra do café : camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

IBGE: biblioteca, c2023. Catálogo Muqui. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=31257> Acesso em: 05 de mai. de 2023.

KEYES, Julia Louisa Hentz. *Nossa vida no Brasil: imigração norte-americana no Espírito Santo: 1867-1870*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. 319 p. (Coleção Canaã; 17.)

MARINATO, Francieli Aparecida. *Índios Imperiais: os botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)*. 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

MONTEIRO, John Manuel. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese apresentada ao concurso de livre docência no Departamento de Antropologia na Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). DIMENSÕES: REVISTA DE HISTÓRIA DA UFES, Vitória, ES, v. 9, n.9, p. 99-123, 1999.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). Revista de História (USP), v.166, p. 223 - 243, 2012.

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de. O Barão do Itapemirim e a política indigenista no sul do Espírito Santo. In: Das utopias ao autoritarismo: historiografia, memória e cultura. PEREIRA, André Ricardo Valle V.; PELEGRINE, Ayala Rodrigues Oliveira; ALMEIDA, Dinoráh Lopes R.; DAMARTINI, Márcio Gomes; MARTINS, Maro Lara; FAGUNDES, Pedro Ernesto; BRITTO, Rossana Gomes (organizadores). Serra: Editora Milfontes, 2019.

OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de Oliveira, COSTA, Henrique Antônio Valadares. Os Puri no sul do Espírito Santo: Ocupação, Territorialização e Trabalho Compulsório. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 17, n. 2, p. 462-475, 2019. DOI: 10.18224/hab.v17i2.7325. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7325> Acesso em: 9 jan. 2024.

Cachoeiro de Itapemirim. 1885.

ROOS, Ton; ESHUIS, Margje. Os capixabas Holandeses - uma história holandesa no Brasil. Barneveld, Países Baixos: Editora Koninklijke BDU Uitgevers, 2008.

PRADO, Solange Faria. O poder e a luta pela propriedade da terra no vale do rio Iconha/Piúma: o caso Thomaz Dutton Junior (1870-1906). 331 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

Rölke, Helmar. Raízes da Imigração Alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo / Helmar Rölke. - Vitória (ES): Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Espírito Santo e ao Rio Doce. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SEIBEL, Ivan. Imigrante no século de isolamento: 1870 - 1970. São Leopoldo: EST/PPG, 2010.

SELAU, Maurício da Silva. A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925): resistência e extermínio. Florianópolis: Bernúncia, 2010. 186 p.

SIMÃO, Idalgiso. História de uma colonização: Piúma e Iconha. 2. ed. Cachoeiro de Itapemirim: Frangraf, 1991.

TURIN, Rodrigo. Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. 2009. 242 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p. 33.

VASCONCELLOS, Jose Marcellino Pereira de. Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo. Victoria, Typographia de P. A D'Azeredo, Rua da Praça Nova nº. 3, 1858, p.20,21.